

a ampliação da UE

# A Turquia no caminho

**Em meio aos debates sobre a Constituição única, os líderes da União Européia vão definir até o final deste ano se os turcos podem ser candidatos a sócios do clube**

Armando Sartori

O lugar não poderia ser mais simbólico: 47 anos antes os governantes de Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo firmaram ali o Tratado de Roma, o acordo de fundação da Comunidade Européia. No final de outubro, os agora 25 líderes da União Européia (UE) voltaram à mesma sala, de um dos palácios da Praça do Campidoglio, para assinar a primeira Constituição do bloco, coroando dois anos de intensas discussões. Mas a Campidoglio é especial também por outra razão: a praça foi o centro político e religioso de Roma desde sua fundação, há mais de 2.500 anos. Lá ficava o templo de Júpiter, construído em 509 a.C., um dos símbolos do Império Romano, a grande potência da época. A feição atual do local, no entanto, deve muito ao grande artista renascentista Michelângelo, que refez seu projeto arquitetônico. A obra, iniciada em 1546, só foi terminada cem anos depois, mantendo no essencial as idéias originais do mestre.

Tal qual o de Michelângelo, o projeto da União Européia também exige grande esforço para ser concretizado. O passo atual, de colocar sob o guarda-chuva da mesma Constituição dezenas de países, com histórias tão diferen-

tes, é como criar, do ponto de vista político, uma espécie de Estados Unidos da Europa.

O presidente da Comissão Européia, Romano Prodi, o órgão executivo da UE, é um dos que percebem as dificuldades. “A assinatura da Constituição européia não significa que tenhamos cruzado a linha final”, disse ele na cerimônia, praticamente em sua despedida do cargo. A partir da assinatura, cada país precisa aprovar o texto, seja pelo Parlamento, seja por referendo popular, ou por uma combinação dos dois métodos. Em algumas nações pode haver dificuldades adicionais: é possível que, antes de mais nada, tenham que alterar a própria Constituição nacional antes de votar a européia. Já o primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Ahern, que presidia a UE quando os líderes chegaram ao acordo sobre a Constituição, em junho passado, estava mais tranquilo do que Prodi. “Nós encaramos o futuro com otimismo e determinação”, disse. Ele chegou a dizer que a ampliação do bloco “é uma inspiração para a União Européia”.

**Maior que Roma** Alargar as fronteiras da UE, no entanto, é outro processo complicado. Hoje, o bloco já é algo

bem maior que o Império Romano ou que o Império Napoleônico, duas versões anteriores de algo que poderia lembrar uma Europa unificada. Até maio deste ano, apenas quinze membros faziam parte da União. Com os dez novos que entraram, sua população cresceu mais de 20%, de 376 milhões para 453 milhões de habitantes. Mas, ao contrário do líder irlandês, os europeus não parecem tão entusiasmados com isso: na eleição do Parlamento Europeu, em junho passado, apenas 46% dos 350 milhões de cidadãos aptos a votar foram às urnas. E, sintomaticamente, quem mais se fortaleceu foram os partidos conhecidos como “eurocéticos” – isto é, os que mais defendem a soberania nacional frente à idéia de uma Europa única.

Como se vê, a Europa vive um momento de contradições. Para juntar-se a seus 25 membros – os quinze antigos (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia) e os dez que ingressaram este ano (Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa) já há quatro candidatos: Bulgária,

Croácia, Romênia e Turquia. Há quem pense que nas próximas décadas podem vir a fazer parte da UE os demais países dos Balcãs (Albânia, Bósnia, Macedônia e Sérvia), Ucrânia, Moldávia, Belarus e Geórgia. Fala-se também na Rússia. E até mesmo em Israel e num futuro Estado Palestino. E em Marrocos! O problema é que entre os países mais antigos, a cada ampliação aumenta o receio de abrigar novos sócios.

**Boas credenciais** Talvez o caso da Turquia seja o mais exemplar nesse sentido. O país — que vai ter seu pedido de candidatura analisado neste final de ano — faz parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar criada sob liderança dos EUA em 1949 para contrapor-se ao bloco de países liderado pela antiga URSS. No início dos anos 1960 a Turquia assinou o acordo para a criação da Comunidade Européia, o que seria uma pré-inscrição para tornar-se membro efetivo. Apesar dessas credenciais, quando tentou ingressar no bloco pela primeira vez, em 1987, foi rejeitada.

Somente em 1999, depois de o país viver conturbações políticas e econômicas graves, a UE decidiu que a Turquia poderia iniciar os procedimentos para candidatar-se. Agora, o bloco vai analisar o progresso turco no cumprimento dos chamados “critérios de Copenhague”, uma lista de exigências que postulantes devem atender. Entre esses critérios estão a existência de instituições políticas estáveis que garantam a democracia, o governo pela lei, respeito aos direitos humanos e às minorias, uma “economia de mercado funcional”

e a capacidade de cumprir com as obrigações de membro do bloco.

Para ter condições de ser aceito, nos últimos 18 meses, sob o comando do primeiro-ministro Recep Erdogan, a Turquia passou por uma série de reformas legais. Erdogan, do Partido Justiça e Desenvolvimento (de orientação islâmica moderada), fez aprovar leis que reduzem o poder político dos militares, punem a prática de tortura e ampliam os direitos da minoria curda. Além disso, na parte econômica, continuou cumprindo o receituário definido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Se for aceito pelo Conselho da UE, estima-se que decorrerão uns 10 anos até o ingresso definitivo.

**Nos portões de Viena** Apesar desses esforços, no entanto, anda há muita gente na Europa que não gostaria de ver os turcos como parceiros, até mesmo entre membros da Comissão Européia. Como Franz Fischer, da Áustria, que disse que os turcos são mais orientais que europeus. Ou o holandês Frits Bolkestein, para quem o ingresso da Turquia poderia significar que 1693 — quando as forças turco-otomanas foram repelidas nos portões de Viena — poderia ter sido em vão. Como ele, há quem manifeste receio pelo fato de a Turquia ser um país predominante islâmico, enquanto a Europa é majoritariamente cristã — embora abrigue 12,5 milhões de muçulmanos.

Por baixo desses aspectos ideológicos, no entanto, há outros mais concretos, ligados ao fato de que a Turquia é um país pobre para os padrões europeus (seu nível de consumo médio é de cerca de ¼ do da UE), com uma população grande, de 70 milhões de habitantes (maior que as de França e Reino Unido, com 60 milhões cada um, e menor apenas que a da Alemanha, com 82 milhões). Mas, ao contrário o que ocorre nesses países, a população turca está em crescimento rápido — estima-se que em 10 anos se iguale à da Alemanha. As populações européias,

ao contrário, ou crescem em ritmo muito lento ou estão estagnadas. Esse quadro faz muitos europeus temerem uma onda maciça de migração de trabalhadores turcos em busca de melhores salários.

Mas há um outro lado a considerar: estima-se que nos próximos anos a crise demográfica européia se aprofunde. Em 2050, se as estimativas estiverem corretas, a população dos atuais 25 membros da UE se reduzirá para 430 milhões. Nessa altura, a força de trabalho necessária para tocar a economia européia será insuficiente — a UE precisará importar trabalhadores. Uma Turquia européia poderia ser uma resposta para o problema. Isso não é simples, no entanto. É só observar o que ocorre hoje. Para enfrentar os efeitos da crise de desemprego que ocorre entre os dez novos membros, principalmente os do Leste Europeu, países como Alemanha e Áustria criaram uma quarentena para barrar os trabalhadores daqueles países, apesar de teoricamente todos os habitantes da UE poderem circular livremente entre seus Estados membros. Essas barreiras ficarão de pé por no mínimo 3 anos e podem ser estendidas a até 7 anos.

**“Credibilidade militar”** A questão política é outra pedra no caminho da Turquia: pelas novas regras estabelecidas na Constituição, em uma década, ao ingressar na UE, dado o tamanho de sua população, o país teria 14,5% dos votos do Conselho Europeu (tanto quanto a Alemanha) e 82 cadeiras no Parlamento. Em 2025 seria o país mais populoso do bloco, tornando-se a nação com maior representação política. Tamanho poder político deixa muitos europeus de cabelos em pé.

Para tornar mais complexo esse quadro, há a questão dos militares turcos, tão malvistas pelo papel que desempenharam nos últimos anos. Com o ingresso do país no bloco, no entanto, eles poderiam assumir grande importância. Como diz Stephen Kinzer em artigo publicado na revista *The New York Review of Books* de meados de julho deste ano: “com a Turquia e o Exército turco, a UE poderia ser capaz de falar com uma combinação de autoridade moral e credibilidade militar que nunca antes foi capaz de demonstrar”.

*Roma, março de 1957: governantes de seis nações assinam o acordo que cria a Comunidade Européia, embrião da UE*



Pesquisa ODI